Os erros do neoconservadorismo e sua influência nos ambientes católicos

Prof. Eduardo Cruz – Palestra proferida no VI Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, realizado no Rio de Janeiro (RJ), no Espaço Lajedo, em 14 e 15 de outubro de 2023

Em primeiro lugar, boa noite a todos. É um imenso prazer comparecer novamente ao Fórum Nacional da Liga Cristo Rei, desta vez como palestrante, para dialogar com uma platéia tão distinta como esta que tenho diante de mim.

Em segundo lugar, quero cumprimentar os sacerdotes e ressalvar que me submeto, com filial obediência, ao Magistério da Igreja. Assim sendo, qualquer padre ou bispo aqui presente pode me corrigir, durante a palestra ou após a palestra, se eu incorrer em algum erro. A Igreja, assim como o Exército, está organizada com base na hierarquia e na disciplina. Portanto, todos nós estamos subordinados à autoridade do clero.

Em terceiro lugar, eu quero agradecer aos diretores do Centro Dom Bosco, que, ao me fazer este convite, depositaram sua confiança na minha capacidade. Portanto, eu devo fazer jus a esta confiança proporcionando aos senhores uma apresentação tão clara quanto possível.

Pois bem. Dito isto, eu antecipo que a minha exposição está dividida em três partes. Na primeira parte, eu falarei sobre as origens do neoconservadorismo norte-americano. Na segunda parte, eu descreverei as características do pensamento neoconservador e explicarei quais são os seus erros, tendo como critério o Magistério da Igreja, ou seja, as bulas, encíclicas, alocuções e cartas apostólicas anteriores ao Concílio Vaticano II. Falarei também sobre a influência do neoconservadorismo no Brasil. Essa influência é mais visível nos círculos protestantes, naturalmente mais receptivos a tudo que vem dos EUA, mas também se manifesta nos ambientes católicos, o que é grave e jamais poderia acontecer, sobretudo no Brasil, um país de origem lusitana, filho da Península Ibérica. Por fim, na terceira parte, eu indicarei algumas possíveis soluções para erradicar essa influência, que vem prejudicando a nossa compreensão da realidade e conseqüentemente vem afetando a nossa capacidade de conduzir uma ação política coerente com a visão católica tradicional.

(1) AS ORIGENS DO NEOCONSERVADORISMO NORTE-AMERICANO:

Assim sendo, vamos à primeira parte: as origens próximas e remotas. Em linhas gerais, nós podemos descrever o neoconservadorismo como uma ideologia revolucionária que se consolidou em certos setores do Partido Republicano dos EUA na década de 90. Ele tem suas origens remotas no conservadorismo anglo-saxão, que está na base das instituições da Inglaterra e dos EUA. Assim como o neoconservadorismo, o conservadorismo é incompatível com a Fé Católica, em virtude de sua inspiração protestante, maçônica, liberal e judaica.

Por que eu estou fazendo esta observação? Porque raramente um católico neoconservador se assume como tal. Geralmente ele diz que é conservador. Acontece que essa posição também é incompatível com a concepção política católica tradicional. Portanto, eu sinto informar, mas o fiel católico não deve ser conservador, deve ser reacionário, deve seguir a Doutrina Social da Igreja, o que significa rejeitar várias pautas políticas, econômicas e geopolíticas do conservadorismo anglo-saxão. Aos que desejam compreender melhor a questão eu recomendo o livro 'El conservadorismo anglosajón', [1] escrito pelo Prof. Rubén Calderón Bouchet, que ajudou a erguer o seminário da FSSPX na Argentina.

As origens próximas do neoconservadorismo estão na Era Reagan, ou seja, no período em que Ronald Reagan foi Presidente dos EUA (1981-1988). Eu digo isso porque alguns expoentes do neoconservadorismo ocuparam cargos de 1º e 2º escalão na administração Reagan, trabalharam no PNAC (1997-2000) e depois voltaram a ocupar cargos no Poder Executivo, durante o governo Bush Filho (2001-2008). Alguns deles foram Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Robert Kagan, John Bolton e William Kristol, que por sinal é filho do falecido Irving Kristol, intelectual judeu que iniciou sua trajetória no comunismo e depois aderiu ao campo liberal-conservador.

Aqui eu abro parênteses para tocar num ponto delicado: nas origens próximas do movimento neoconservador é possível identificar uma quantidade expressiva de comunistas egressos de famílias judaicas que depois migraram para a direita.[2] Este fato,

---

[1] BOUCHET, Rubén Calderón. **El conservadorismo anglosajón**. Buenos Aires: Vórtice, 2014. Disponível em: https://archive.org/details/el-conservadorismo-anglosajon-ruben-calderon-bouchet-2014/mode/2up

[2] Nesta categoria estão nomes como David Horowitz, Joshua Muravchik, Seymour Martin Lipset, Douglas Feith, Carl Gershman, Christopher Eric Hitchens e Jay Lovestone, entre outros.

por si só, deveria ser suficiente para levar qualquer católico a ver essa concepção política com bastante suspeita. Fecho parênteses.

Obviamente, se nós quisermos falar com exatidão, devemos situar as origens próximas do neoconservadorismo nos anos 60/70, quando essa expressão entrou no debate público. Entretanto, para os fins desta palestra, nós podemos considerar os anos 80 como a fase da maturação, com a Era Reagan, e a década de 90 como a fase da consolidação, com o advento do PNAC [Project for the New American Century – Projeto para o Novo Século Americano], que exerceu grande influência na política externa do Presidente George Bush Filho (2001-2008).

Portanto, vamos nos situar no tempo, para encerrar esta primeira parte. O Partido Republicano permaneceu no poder por doze anos, primeiro com o Presidente Ronald Reagan (1981-1988), depois com o Presidente George Bush Pai (1989-1992). Em seguida, o poder passou às mãos do Partido Democrata, com o Presidente Bill Clinton (1993-2000). Nesse período, em que os republicanos estavam na oposição, alguns dos seus líderes organizaram um think-tank denominado PNAC, que era uma mistura de centro de estudos e escritório de lobby, patrocinado por companhias petrolíferas, indústrias químicas e fabricantes de armamentos. [3] E nesse think-thank eles consolidaram o ideário neoconservador, que marcou a política externa dos EUA quando o Partido Republicano voltou ao poder, com o Presidente George Bush Filho (2001-2008).

(2) AS CARACTERÍSTICAS DO NEOCONSERVADORISMO, SUA INCOMPATIBILIDADE COM O MAGISTÉRIO DA IGREJA E SUA INFLUÊNCIA NOS AMBIENTES CATÓLICOS DO BRASIL

Isto posto, vamos à segunda parte da exposição: as características do neoconservadorismo, sua incompatibilidade com o Magistério da Igreja e sua influência nos ambientes católicos do nosso País.

A primeira característica é o **liberalismo**, que se manifesta em três campos: religioso, político e econômico.

---

[3] As maiores doações vieram da Bradley Foundation e da John M. Olin Foundation, esta última mantida pela Olin Corporation, conglomerado de indústrias químicas e militares existentes desde o século XIX. Doações menores vieram da petroleira Halliburton, por intermédio do seu presidente, Dick Cheney, depois eleito Vice-Presidente dos EUA na chapa encabeçada por George Bush Filho.

O liberalismo religioso se expressa na defesa da liberdade religiosa e da separação Igreja-Estado, ambas condenadas pelos Sumos Pontífices. A liberdade religiosa é condenada pela encíclica *Inter Praecipuas Machinationes*, editada pelo Papa Gregório XVI em 8 de maio de 1844, e o Estado laico é condenado pelo *Syllabus Errorum*, promulgado pelo Papa Pio IX em 8 de dezembro de 1864.

Portanto, se você é católico, não pode falar como o Presidente George Bush, que em 2008 protestou contra o governo iraniano por suprimir a liberdade religiosa dos seus cidadãos.[4] Você deve condenar o regime iraniano, sim, mas por outras razões: primeiro porque é um Estado islâmico, portanto inimigo da nossa Fé, segundo porque persegue a única religião verdadeira, que é o catolicismo.[5] A repressão às outras religiões não é problema nosso, elas são falsas. E pelas mesmas razões, você deve trabalhar pelo estabelecimento do Estado Católico, associado à Igreja e regido pela sua doutrina, sem liberdade de culto para as demais confissões no espaço público.

O liberalismo político se expressa através da defesa da democracia moderna e da liberdade de imprensa, ambas condenadas pelo Magistério da Igreja. A democracia moderna é condenada pela encíclica *Libertas praestantissimum*, editada pelo Papa Leão XIII em 20 de junho de 1888, porque ela se funda no princípio de que o poder emana do povo, quando na verdade emana de Deus.

Vocês querem ver como isso se manifesta nos nossos ambientes? Com muita freqüência, eu vejo católicos acusando o PT de ter vocação ditatorial. Sim, eu sei que tem, mas o problema não é atentar contra a democracia moderna, é fazer isso para substituí-la por um regime mais progressista. Se fosse para substituí-la por um regime menos progressista, eu estaria de acordo. Lembremos que a Igreja aprovou os governos de António Salazar em Portugal[6] e Francisco Franco na Espanha.[7] Portanto, o problema não é ser ditadura, é ser ditadura do PT. Se fosse a nossa, estaria bom.

---

[4] BUSH, George. **Remarks on the 10th Anniversary of the International Religious Freedom Act**. Public Papers of the Presidents of the United States: 2008-2009, Volume II. Washington: U.S. Government Printing Office, 2012, pp. 1012-1014.

[5] Em junho de 2021, o governo iraniano expulsou duas freiras da congregação das Filhas da Caridade, Giuseppina Berti e Fabíola Weiss, que há muitos anos cuidavam dos leprosos em Ispahan. Anteriormente, em 2016, a casa dos padres lazaristas na cidade já havia sido confiscada.

[6] Com as seguintes palavras manifestou-se o Papa Pio XII ao julgar a obra restauradora do Estado Novo: "Em um momento trágico de trevas e extravio, quando a nau do Estado português – perdendo a rota de suas mais gloriosas tradições, arrastada pela tormenta anticristã e antinacional – parecia ir ao naufrágio certo, o Céu agiu em sua bondade, e em meio às trevas, brilhou a luz. Do caos surgiu a ordem, a tempestade se apaziguou, a calma se estabeleceu, e Portugal pôde reencontrar e retomar a estrada de suas belas tradições de Nação fidelíssima, para prosseguir sua carreira gloriosa de povo de cruzados e missionários (...). Honra aos homens de mérito, que foram os instrumentos da Providência para

O atual governo deve ser atacado, sim, mas não por ter vocação ditatorial. Deve ser atacado por ser anticristão e serviçal de interesses estrangeiros. Santo Tomás de Aquino ensina que devemos amar a Pátria acima de todas as coisas na Terra, com um amor inferior apenas àquele que consagramos a Deus.[8] Assim sendo, todos nós temos a obrigação de defender os interesses nacionais.[9]

O mesmo se aplica à liberdade de imprensa, condenada pela encíclica *Mirari Vos*, editada pelo Papa Gregório XVI.[10] Santo Agostinho já ensinava: o erro não tem direitos.[11] Portanto, se você é católico, deve defender a censura à imprensa, censura imposta pelo Estado para salvaguardar a moral pública e impedir a propagação do erro, como prescreveu Leão XIII.[12]

---

semelhante empreendimento!" [Radiomensagem dirigida aos fiéis portugueses no dia 31 de outubro de 1942, por ocasião da consagração da Igreja e do gênero humano ao Imaculado Coração de Maria].

[7] Assim discursou o Papa Pio XII ao receber as credenciais do Embaixador da Espanha junto à Santa Sé, Domingo de las Bárcenas y Lopez-Mollinedo Mercado, em 18 de janeiro de 1943: "Na Espanha temos visto Cristo triunfando na escola, a Igreja ressurgindo das ruínas abrasadas e o espírito cristão penetrando nas leis, nas instituições e em todas as manifestações da vida oficial. Estamos, finalmente, contemplando Deus presente em vossa História mais uma vez. A Espanha, neste momento culminante da História do mundo, tem, sem dúvida alguma, uma altíssima missão a cumprir (...). Vossa Excelência reafirmou as intenções de que as relações entre a Espanha e esta Santa Sé de Pedro sejam sempre cordiais. Essas palavras de Vossa Excelência desceram como um bálsamo suave em nosso coração dolorido, que tão sinceramente retribui o nobilíssimo afeto do Chefe do Estado Espanhol" [PIO XII. *Discurso en la presentación de credenciales del Embajador de España, en 18 de enero de 1943*. In: PIQUER, Carlos Robles (Org.). **La Iglesia habla de España**. Madri: Ediciones del Servicio Informativo Español, 1964, p. 98].

[8] PÉGUES, Tomás. **Compendio de la Suma Teológica**. Buenos Aires: Editorial Difusión, 1945, pp. 190-191.

[9] "A lei natural nos manda proteger e amar com devoção a Nação em que nascemos e crescemos, de modo que todo cidadão esteja disposto a enfrentar a morte em defesa de sua Pátria" – Encíclica *Sapientiae Christianae*, de 10 de janeiro de 1890.

[10] "Devemos tratar também neste lugar da liberdade de imprensa, nunca condenada suficientemente, se por ela se entende o direito de trazer-se à baila toda espécie de escritos, liberdade que é por muitos desejada e promovida. Horroriza-Nos, Veneráveis Irmãos, considerar que doutrinas monstruosas, digo melhor, que um sem-número de erros nos assediam, disseminando-se por toda parte, em inumeráveis livros, folhetos e artigos que, se insignificantes pela sua extensão, não o são certamente pela malícia que encerram, e de todos eles provém a maldição que com profundo pesar vemos espalhar-se pela Terra" – Encíclica *Mirari Vos*, de 15 de agosto de 1832.

[11] Epístola 166: "Quae pejor mors animae quam libertas erroris?" ["Que morte pior haverá para a alma que a liberdade do erro?"]

[12] "Digamos agora algumas palavras sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. É quase desnecessário afirmar que o direito a esta liberdade não existe quando exercido sem qualquer moderação, ultrapassando qualquer freio e qualquer limite. Porque o direito é uma faculdade moral que, como já dissemos e devemos repetir com insistência, não podemos supor concedido pela natureza da mesma forma à verdade e ao erro, à virtude e ao vício. Existe o direito de propagar na sociedade, com liberdade e prudência, tudo que é verdadeiro e virtuoso para que o maior número possível de cidadãos possa participar das vantagens da verdade e do bem. Mas as opiniões falsas, a doença mais mortal do entendimento humano, e os vícios corruptores do espírito e da moral pública devem ser reprimidos pelo poder público para impedir sua propagação gradual, extremamente prejudicial à própria sociedade. Os erros dos intelectuais depravados exercem uma verdadeira tirania sobre as massas e devem ser reprimidos pela lei com a mesma energia que qualquer outro crime infligido com violência aos fracos. Essa repressão é ainda mais necessária porque a grande maioria dos cidadãos não consegue de forma alguma, ou pode no máximo com grande dificuldade, proteger-se contra os artifícios de estilo e as sutilezas da dialética,

Por fim, o liberalismo econômico se expressa na defesa do livre mercado, ou seja, na idéia de que não compete ao Estado regular as atividades econômicas, seja para proteger o decoro dos costumes, seja para defender a independência nacional, seja para coibir abusos de todo tipo. O liberalismo econômico é condenado pelas encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divinis Redemptoris* (1937). Também foi condenado em três alocuções de Pio XII, a primeira emitida em 1º de junho de 1941,[13] a segunda em 21 de novembro de 1953,[14] a terceira em 24 de dezembro de 1954.[15]

Vocês querem um exemplo de como isso se manifesta nos nossos ambientes? Eu já vi alguns católicos dizendo o seguinte: "Eu sigo a Escola Austríaca de economia, que teve como precursora a Escola de Salamanca, dos escolásticos tardios". Sinto informar, mas só brasileiro acredita nessa fraude, desmontada pelo Prof. Daniel Arribas no seu livro 'Destapando el liberalismo'.[16] O pensamento de Ludwig von Mises, bolsista da Fundação Rockefeller, não tem nenhum parentesco com a Escola de Salamanca. Portanto, se você é católico, deve postular a organização da economia em bases nacionais, corporativas e autárquicas. Isso é o que consta nos documentos pontifícios, assim como consta em livros aprovados com *Imprimatur* canônico antes do Concílio

---

especialmente quando estas e aqueles são usados para bajular as paixões. Se uma licença ilimitada para falar e escrever for concedida a todos, nada permanecerá sagrado e inviolável" – Encíclica *Libertas praestantissimum*, de 20 de junho de 1888.

[13] "Cônscio desta gravíssima responsabilidade, Leão XIII, dirigindo a sua encíclica ao mundo, apontava a concorrência cristã os erros e perigos resultantes da concepção de um socialismo materialista, as fatais conseqüências dum liberalismo econômico muita vez ignaro ou esquecido ou desprezador dos deveres sociais, expunha com magistral clareza e admirável precisão os princípios necessários e conducentes a melhorar gradual e pacificamente as condições materiais e espirituais do operário" – Radiomensagem do Papa Pio XII na Solenidade de Pentecostes, 50º aniversário da *Rerum Novarum*, em 1º de junho de 1941.

[14] "O país, o território que habita um povo unido no Estado, unido pelo bem comum, não é simplesmente, mesmo no aspecto econômico, como quer o liberalismo econômico, o campo ampliado onde o mecanismo de custos temporariamente mais baixos e mais favoráveis às condições de mercado determinam o destino e a distribuição dos homens. O solo nacional é antes o lugar onde o povo, com todas as suas atividades vitais, e na sucessão das gerações, se enraíza, à medida que a planta se aprofunda no solo. O solo nacional deve, portanto, ser cultivado e cuidado para contribuir para uma verdadeira produtividade econômica da Nação" – Alocução de Pio XII no cinqüentenário do Instituto Romano de Habitação Popular, em 21 de novembro de 1953.

[15] "Tivemos outra vez a ocasião de expor o erro de tal doutrina. E mais ou menos cem anos atrás os sequazes do sistema de livre comércio esperavam dele coisas maravilhosas, vendo nisso um poder quase mágico. Um de seus mais ardentes prosélitos não hesitava em comparar o princípio do livre comércio, na medida dos efeitos no mundo moral, ao princípio da gravidade que rege o mundo físico" – Radiomensagem dirigida pelo Papa Pio XII ao mundo por ocasião do Natal, 24 de dezembro de 1954.

[16] ARRIBAS, Daniel Marín. **Destapando el liberalismo: La Escuela Austriaca no nació en Salamanca**. Madri: SND Editores, 2018.

Vaticano II, escritos por Luis Creus Vidal,[17] Jose Borrell y Maciá,[18] Pe. Francisco Joaquín de Villarreal y Ecenarro[19] e Pe. José Agustín Pérez del Pulgar,[20] entre outros.

A segunda característica visível do pensamento neoconservador é o **americanismo**, ideologia revolucionária condenada pela carta apostólica *Testem Benevolentiae*, editada pelo Papa Leão XIII em 22 de janeiro de 1899. Grosso modo, o americanismo é aquela suposição de que a Igreja e sua doutrina devem ser remodeladas segundo os valores fundamentais dos EUA, porque este país teria a missão de espalhar a democracia e o livre comércio pelo mundo afora.[21]

Vocês querem uma amostra de como isso se manifesta nos nossos ambientes? Vocês certamente conhecem pessoas que aplaudem ou defendem a interferência dos EUA na vida de outros países, procedimento condenado pela alocução *Grazie*, emitida pelo Papa Pio XII em 24 de dezembro de 1940,[22] e pela alocução *Nell Alba*, irradiada também pelo Papa Pio XII em 24 de dezembro de 1941.[23] Estes dois documentos que eu acabei de citar são muito claros: nenhum país tem o direito de interferir nos assuntos internos de outra nação, salvo com aval da Santa Sé, e tampouco pode fazer uso da força militar, exceto em legítima defesa. Isso é o que dispõe a Doutrina Social da Igreja: cada país toma conta da sua vida, ninguém se mete com ninguém.

Em terceiro lugar, outro traço saliente do pensamento neoconservador é o **sionismo**, repudiado pelos Papas São Pio X e Bento XV,[24] sendo que este último foi muito claro ao emitir seu parecer sobre a Declaração de Balfour: *"Os judeus não têm qualquer direito de soberania sobre a Terra Santa"*. Assim se manifestou o Sumo Pontífice quando o governo britânico oficializou seu apoio à criação do Estado de

---

[17] VIDAL, Luis Creus. **Paganismo y cristianismo en la economía: análisis del liberalismo económico y revisión de los principios básicos de la economía. Respuesta a los ataques más profundos contra la Sociología Católica**. Burgos: Ediciones Antisectarias, 1938, pp. 275-288.
[18] MACIÁ, José Borrell y. **El intervencionismo del Estado en las actividades económicas: su extensión y limites**. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1946. Disponível em: https://archive.org/details/el-intervencionismo-del-estado-en-las-actividades-economicas-su-extension-y-limi/mode/2up
[19] ECENARRO, Francisco Joaquín de Villarreal y. **Elementos politicos**. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Justicia, Economía, Trabajo y Seguridad Social del Gobierno Vasco, 1997, pp. 359-516.
[20] PULGAR, José Agustín Pérez del. **El concepto cristiano de la autarquia**. Madri: Editorial Tradicionalista, 1941, pp. 18, 34-35, 67 e 95.
[21] Para melhor compreensão do tema, consultar *L'américanisme et la Conjuration Antichrétienne* ['O americanismo e a conjuração anticristã'], escrito pelo Monsenhor Henri Delassus. O livro está para ser lançado no Brasil pela editora Resistência Cultural, traduzido e prefaciado pelo autor destas linhas.
[22] Tradução completa disponível em: www.facebook.com/TrincheiraMoral/posts/1129561547443485
[23] Tradução completa disponível em: www.facebook.com/TrincheiraMoral/posts/1089427841456856
[24] Alocução *Antequam ordinem*, proferida pelo Papa Bento XV durante o Consistório realizado em 10 de março de 1919: "Será certamente uma grave dor para Nós e para todos os cristãos devotos se os infiéis obtiverem na Palestina uma posição de privilégio e preponderância; muito mais doloroso será, então, se esses santuários santíssimos da religião cristã forem confiados aos não-cristãos".

Israel,[25] ao qual se somou o apoio norte-americano. Essa defesa do Estado de Israel decorre do papel que as seitas protestantes judaizantes tiveram na formação dos EUA e da influência que certas organizações judaicas exercem sobre a política externa daquele país.[26]

Sendo assim, vocês vão me perguntar: por que a Igreja rejeitou o sionismo? E qual é a posição que um católico deve defender sobre o status jurídico da Terra Santa?

A Igreja rejeitou o sionismo porque esse movimento postula o suposto direito do povo eleito à Terra Santa. Ora, uma vez que o judaísmo moderno é uma religião falsa, tal direito não existe.

Qual é o documento básico que deve orientar o nosso entendimento sobre a questão Israel-Palestina? A encíclica *Redemptoris Nostri Cruciatus*, editada pelo Papa Pio XII em 15 de abril de 1949. Ela dispõe que Jerusalém, cidade hoje ocupada pelo Exército israelense,[27] não deve pertencer a Israel, nem ao Estado palestino. Deve ser cidade neutra, dotada de status jurídico especial, de modo que os lugares santos permaneçam "devidamente protegidos por estatutos definidos e garantidos por um acordo internacional", enquanto durarem "as atuais circunstâncias", ou seja, enquanto não for possível restaurar o Reino Latino de Jerusalém (1099-1291), Estado católico fundado ao término da Primeira Cruzada.

---

[25] Posteriormente, quando já estava instituído o mandato britânico na Palestina, Bento XV pronunciou-se nestes termos, em alocução perante o Consistório de 13 de junho de 1921: "Com efeito, a situação dos cristãos na Palestina não só não melhorou, mas até piorou como resultado das novas leis e regulamentos aí estabelecidos, que buscam – não digamos por vontade dos legisladores, mas certamente de fato – expulsar o cristianismo das posições que ele ocupou até agora, para substituí-lo por judeus. Também não podemos deixar de deplorar o trabalho intenso que muitos fazem para remover o caráter sagrado dos Lugares Santos, transformando-os em locais de prazer com todos os atrativos da vida mundana" [BENTO XV. **Allocuzione di S.S. Benedetto XV pronunciata nel Concistoro del 13 giugno 1921**. Civiltà Cattolica, Anno 72, Vol. 3, 1921, p. 5].

[26] "Nos dois períodos em que trabalhei em Washington como diplomata, observei com interesse a intensa atuação do lobby israelense junto ao Congresso americano e às altas autoridades do país. Em 1967 tive a sorte de lá fazer amizade com Yitzhak Rabin, então embaixador de seu país nos EUA e que se tornaria, mais tarde, duas vezes primeiro-ministro de Israel. Aprendi com ele o principal segredo de Israel que é a chave da política do Oriente Médio: os seis milhões de judeus que vivem nos EUA. Não se trata tanto do número de eleitores, mas sobretudo da qualidade dos mesmos: os judeus norte-americanos exercem considerável influência na imprensa, televisão, rádio, cinema, meios políticos, bancários, financeiros, científicos, culturais e universitários. Recordo que o lobby israelense no Congresso tinha, na minha época, mais de 150 parlamentares e esse número deve ter aumentado. Esse fato tão especial deixa qualquer Presidente, ou candidato a Presidente, em situação embaraçosa para tentar fazer pressão sobre o governo israelense" [MARIZ, Vasco. **Temas da política internacional**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, p. 23].

[27] O status internacional de Jerusalém foi respeitado até a Guerra dos Seis Dias (1967), quando a cidade foi ocupada pelas forças de Israel. Na época, o Brasil se recusou a reconhecer a anexação e mobilizou sua diplomacia para reivindicar o retorno de Jerusalém ao status de território neutro, atendendo ao pedido D. Alberto Giovannetti, emissário da Santa Sé [Diário do Paraná, 25 de junho de 1967, p. 5: 'Pedida ajuda do Brasil na ONU sobre Jerusalém' – Jornal do Brasil, 26 de junho de 1967, p. 1: 'Brasil apóia internacionalização de Jerusalém'].

Portanto, nós, como católicos, não podemos tomar partido na contenda entre muçulmanos e judeus, até porque ambos são inimigos da nossa Fé.

(3) POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA DEPURAR OS AMBIENTES CATÓLICOS DA INFLUÊNCIA NEOCONSERVADORA:

Em vista do exposto, eu chego à terceira e última parte da palestra: como nós podemos sanar esse problema? Já é difícil combater a influência da Teologia da Libertação nos meios católicos. Erradicar a presença do neoconservadorismo é outra tarefa que requer a nossa atenção.

Em primeiro lugar, nós devemos estudar o Magistério da Igreja, porque somente assim seremos capazes de detectar com mais rapidez a infiltração de ideologias revolucionárias nos nossos ambientes – não só o neoconservadorismo, mas a Quarta Teoria Política e o anarcocapitalismo. Nós precisamos ler as bulas, encíclicas, alocuções e cartas apostólicas. Os católicos que carecem dessa formação são os mais vulneráveis à guerra psicológica orquestrada pelas forças inimigas.

Em segundo lugar, nós devemos resgatar os autores vinculados ao tradicionalismo lusitano, espanhol e ibero-americano para construir a nossa concepção política. Eu noto que muitos católicos, no afã de combater a esquerda, recorrem ao neoconservadorismo porque não têm acesso a esses livros.

Devo dizer que o Centro Dom Bosco vem fazendo um excelente trabalho nesse sentido, ao traduzir e editar alguns desses autores, como Jordán Bruno Genta[28] e João Ameal.[29] A esses nomes eu poderia acrescentar muitos outros, como Eduardo Sánz y Escartín,[30] José Fernando de Sousa,[31] Luis de Marichalar y Monreal,[32] Fernando Maria

---

[28] Autor de 'Libre examen y comunismo' (1961), 'Guerra Contrarrevolucionaria' (1964), 'Seguridad y Desarrollo' (1970) e 'Opción política del Cristiano' (1973).
[29] Autor de 'A Contra-Revolução' (1928), 'Panorama do nacionalismo português' (1932), 'D. Miguel e a Vilafrancada' (1940), 'Santos Portugueses' (1957), 'Obreiros de quatro impérios' (1958) e 'História da Europa' (1964).
[30] Autor de 'La cuestión económica' (1890), 'De la autoridad politica en la sociedad contemporanea' (1894), 'La Patria y el orden economico' (1895), 'La evolución del socialismo' (1904) e 'La educación moral' (1909).
[31] Autor de 'Religião, Moral e Política' (1897), 'A doutrina maçônica' (1901), 'Questões sociais: a doutrina social católica' (1910) e 'Religião e Monarquia' (1923).
[32] Autor de 'La organización económica nacional' (1919), 'Requisitos indispensables para la difusión de la propiedad privada' (1924), 'El oro, el crédito y la banca como factores internacionales' (1929), 'La quiebra del comunismo' (1932), 'La propiedad privada y sus deberes' (1933), 'La corporación como estructura nueva del Estado' (1934) e 'Las fuentes de la verdadera libertad' (1940).

Alberto de Seabra,[33] Juan Vázquez de Mella y Fanjul,[34] José da Gama e Castro,[35] Pe. Joaquín Azpiazu Zulaica,[36] António Joaquim de Gouveia Pinto,[37] Joaquín Sánchez de Toca Calvo,[38] José Pires Cardoso,[39] Pe. Venancio Diego Carro,[40] Fernando Teles da Silva Caminha e Menezes,[41] José de Yanguas Messía,[42] José Pedro Galvão de Sousa,[43] Pedro Gual Villalbí,[44] Joaquim José Pedro Lopes,[45] Rafael Marín Lázaro,[46] Pe. Manoel Pires Vaz,[47] Carlos Alberto Sacheri,[48] Pe. Diogo Lopes Rebelo,[49] Pe. Eugenio Manzanedo,[50] Pedro Mário Soares Martínez,[51] Pe. Juan de Cabrera,[52] Pe. Pedro

---

[33] Autor de 'O corporativismo e o problema do salário' (1943) e 'A industrialização dos países agrícolas' (1945).
[34] A extensa produção de Juan Vázquez de Mella acha-se reunida numa coleção de 27 tomos. Os quatro primeiros podem ser encontrados nesta biblioteca virtual: https://archive.org/details/@eduardo_cruz
[35] Autor de 'O novo príncipe: o espírito dos governos monárquicos' (1841).
[36] Autor de 'Por Dios y por la Patria! El patriotismo como virtud cristiana' (1937), 'Revolución y Tradición' (1938), 'El Estado Católico' (1939), 'Los precios abusivos ante la moral' (1941) e 'Las directrices sociales de la Iglesia Católica' (1950).
[37] Autor de 'Os caracteres da monarquia expostos em resumo, para o fim de mostrar ao mesmo tempo a preferência que ela merece entre as mais formas de governo' (1824).
[38] Autor de 'El matrimonio, su ley natural, su historia, su importancia social' (1876), 'Ensayos sobre religión y política' (1880), 'El oro, la plata y los cambios' (1894), 'Reconstitución de España en vida de economía politica actual' (1911), 'Los bancos de emisión y la política económica de la guerra moderna' (1915) e 'Las cardinales directivas del pensamiento contemporáneo en la Filosofía de la Historia' (1918).
[39] Autor de 'Curso de Economia Aplicada' (1945), 'O corporativismo e a Igreja' (1948), 'A Universidade, instituição corporativa' (1952) e 'Questões corporativas' (1958).
[40] Autor de 'Derechos y deberes del hombre' (1954) e 'La Communitas Orbis y las rutas del Derecho Internacional' (1961).
[41] Autor de 'Dissertação a favor da monarquia' (1799) e 'Dissertação sobre as obrigações dos vassalos' (1799).
[42] Autor de 'Concepto cristiano de la propiedad' (1916), 'Quiebra y restauración del Derecho Internacional' (1941) e 'Las armas nucleares y el Derecho de Gentes' (1971).
[43] Autor de 'Conceito e natureza da sociedade política' (1949), 'Política tradicionalista e política revolucionária' (1950), 'O significado político do corporativismo' (1951), 'Comunidade lusíada' (1954), 'El bloque hispanoamericano y la comunidad lusitana' (1954), 'Sociedade corporativa e Estado monárquico' (1956), 'As minorias revolucionárias' (1957), 'O Brasil no Mundo Hispânico' (1962), 'Socialismo e corporativismo em face da encíclica Mater et Magistra' (1963), 'Por um pensamento político brasileiro' (1969), 'Formação moral e cívica da juventude brasileira' (1971), 'A análise marxista em perspectiva filosófica' (1985) e 'Da Rerum Novarum à ilusão neoliberal' (1991).
[44] Autor de 'Teoría de la política comercial exterior' (1940), 'Preocupación actual por una política de familia y relación con la política económica' (1945), 'Curso de política económica contemporánea' (1947), 'La economía desintegrada por el espíritu revolucionario de nuestros tiempos' (1957).
[45] Autor de 'As idéias liberais, último refúgio dos inimigos da Religião e do Trono' (1819).
[46] Autor de 'La doctrina de Santo Tomás de Aquino en la Ciencia del Derecho del siglo XII y en la de nuestros días' (1898), 'La actuación de las economías nacionales dentro de la vida económica internacional' (1931) e 'La familia cristiana según la Encíclica Divinis Redemptoris' (1938).
[47] Autor de 'Discurso sobre a liberdade de imprensa' (1823) e 'Discurso sobre a liberdade humana' (1823).
[48] Autor de 'Función del Estado en la economía social' (1967), 'Esencia, evolución y estrategia de la Ciudad Católica' (1968), 'Juventud y Subversión' (1968), 'El universitario frente a la doctrina marxista' (1973), 'Santo Tomás y el orden social' (1974) e 'El orden natural' (1975).
[49] Autor de 'Do governo da república pelo rei' (1496).
[50] Autor de 'El socialismo al desnudo' (1919).
[51] Autor de 'Sentido econômico do corporativismo' (1960), 'São João de Deus, patrono dos hospitais' (1963), 'Hierarquia de valores e ordem social' (1965), 'O pensamento islâmico e a expansão socialista' (1970), 'Manual de Economia Política' (1973) e 'Textos de Filosofia do Direito' (1993).
[52] Autor de 'Crisis politica: determina el mas florido imperio y la mejor instituición de príncipes y ministros' (1719).

Fernández de Navarrete,[53] Pe. José Agostinho de Macedo,[54] Victor Pradera,[55] José Maurício Fernandes Pereira de Barros,[56] Pe. Luis Izaga Aguirre,[57] João Maria Barreto Ferreira do Amaral,[58] Pe. Julio Meinvielle,[59] António Armando Gonçalves Pereira,[60] Enrique Gil y Robles,[61] Gonzalo Pérez de Armiñán,[62] Manuel Isaías Abúndio da Silva,[63] Esteban Bilbao y Eguía,[64] Diogo Pacheco de Amorim,[65] Jerónimo de Uztáriz,[66] Manuel Fuentes Irurozqui,[67] Cardeal Isidro Gomá y Tomás[68] e Severino Aznar.[69]

Acredito que podemos elevar bastante o nível do debate se dermos esses passos. Não só elevar o nível do debate, mas formular uma práxis política efetivamente contrarrevolucionária, para não repetir os erros que cometemos nos últimos quatro anos, que muito contribuíram para a volta do PT ao poder.

Encerro esta palestra agradecendo a todos pela atenção. E que Deus nos ajude a proteger este País que amamos.

Viva Dom Miguel! E viva Cristo Rei!

---

[53] Autor de 'Conservación de monarquias' (1626).
[54] Autor de 'Pensamentos filosóficos sobre os objetos mais importantes à Religião e ao Estado' (1828).
[55] Autor de 'El Estado Nuevo' (1937).
[56] Autor de 'Considerações sobre a situação financeira do Brasil' (1867).
[57] Autor de 'La Doctrina de Monroe' (1929) e 'Elementos de Derecho Político' (1932).
[58] Autor de 'O paraíso bolchevista e a mentira' (1935) e 'Política industrial' (1970).
[59] Autor de 'Concepción católica de la Economía' (1936), 'El Judío en el Misterio de la Historia' (1936), 'El comunismo en la Revolucion Anticristiana' (1961) e 'El poder destructivo de la dialectica comunista' (1962), 'De la Cábala al progresismo' (1970) e 'Conceptos fundamentales de la Economía' (1973).
[60] Autor de 'As novas exigências da Economia Política' (1935), 'A função da indústria na economia nacional' (1941), 'As conseqüências econômicas dos Descobrimentos e das Conquistas' (1944), 'Relações econômicas luso-espanholas' (1945), 'A economia e a cultura: sua interdependência' (1949), 'As doutrinas econômicas e sociais da Igreja' (1951) e 'Da relação luso-brasileira' (1963).
[61] Autor de 'Tratado de Derecho Político según los principios de la filosofía y el derecho cristianos' (1909).
[62] Autor de 'La autoridad financiera y la regulación monetaria, crediticia y de cambios' (1973), 'Actitudes cristianas ante la actual situación económica' (1974) e 'Introducción a la Economía' (1975).
[63] Autor de 'O dever presente' (1908), 'Nacionalismo e ação católica' (1909) e 'Igreja e política' (1911).
[64] Autor de 'La idea del orden como fundamento de una filosofía política' (1945), 'De la persona individual como sujeto primário en el Derecho Público' (1949) e 'De las teorías relativistas y su oposición a la idea del Derecho' (1953).
[65] Autor de 'O conceito de ordem' (1929), 'A Matemática e a Economia Política' (1931), 'Finanças e Economia' (1936), 'O casamento cristão' (1938), 'Princípios fundamentais do pensamento marxista' (1942), 'Princípios Fundamentais da Sociologia Católica' (1944), 'Responsabilidades pessoais do homem católico na hora presente' (1950) e 'Política Monetária' (1966).
[66] Autor de 'Teoria y Practica de Comercio y de Marina' (1742).
[67] Autor de 'La economía deformada' (1947), 'Economía e industrialización nacionales' (1948), 'Diplomacia y Economía' (1954), 'Organismos financieros internacionales' (1955), 'Supervivencias administrativa, logística y económica en la guerra' (1965).
[68] Autor de 'El valor educativo de la liturgia católica' (1918), 'El matrimonio: explicación dialogada de la encíclica Casti Connubii' (1931) e 'Catolicismo y Patriotismo' (1940).
[69] Autor de 'Las grandes instituciones del catolicismo: ordenes monásticas, institutos misioneros' (1912), 'La vejez del obrero y las pensiones de retiro' (1915), 'El seguro de maternidad y los médicos' (1931), 'Del salario familiar al seguro familiar' (1939) e 'Estudios económico-sociales' (1946).